

Penúltimo capítulo?

JORNAL DA

30 NOV 1993

A negociação final para a assinatura, pelo governo brasileiro e pelos bancos credores particulares, do acordo de reestruturação da dívida externa do Brasil, iniciada ontem em Toronto, no Canadá (as quase oito centenas de instituições credoras têm prazo até o final de fevereiro para formalizar sua adesão ao acordo), não vai produzir resultados práticos imediatos, mas tem um forte significado simbólico.

A cerimônia de ontem representa o penúltimo capítulo da longa novela da dívida externa brasileira, iniciada há mais de 11 anos, quando o México declarou que não tinha mais condições de continuar honrando seus compromissos financeiros externos e arrastou todos os países devedores do mundo em desenvolvimento, inclusive o Brasil, para a crise.

O ato de ontem foi celebrado tanto pelo governo brasileiro, que passou dois anos e meio negociando duramente os termos desse acordo com os representantes dos bancos e está ansioso para normalizar suas relações com a comunidade financeira internacional, como pelos credores que, depois de resolvido o problema da dívida brasileira, estarão autorizados a utilizar as reservas que foram obrigados pelo governo dos Estados Unidos (país que concentra o maior número de credores) a fazer para se prevenir contra um eventual não-pagamento dos juros e das prestações devidas.

O Brasil é o maior devedor entre os países em desenvolvimento e será também o último entre os grandes envolvidos na crise da dívida externa a resolver o problema. Por essa razão, é grande o desejo da comunidade financeira internacional de que tudo acabe bem e o mais rápido possível.

O fato de ser o último grande devedor a fechar o acordo com os credores realça o atraso do Brasil no que se refere às reformas necessárias à estabilização da economia, coisa que já foi feita por todos os demais países

latino-americanos, que resolveram ou estão resolvendo — por meio da redução do tamanho do Estado e da privatização — o problema antes crônico do desequilíbrio das finanças do setor público, fazendo secar a principal fonte da inflação. Tendo combatido a inflação nas suas raízes, esses países voltaram a crescer e suas economias se modernizaram.

Apesar do atraso brasileiro em relação a outros devedores do Terceiro Mundo, ainda não há garantias suficientes para se afirmar que a penúltima etapa iniciada ontem em Toronto vai significar uma solução definitiva do problema para breve.

Além da questão técnica representada pelo fato de que um grande credor privado — a família Dart — se recusaria aceitar as opções de renegociação oferecidas pelo governo brasileiro, há uma questão política: a necessidade de um acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI), indispensável para que o Tesouro norte-americano concorde em vender ao Brasil títulos que serão oferecidos como garantias aos credores. E o acordo com o FMI, por sua vez, está condicionado à apresentação, pelo governo brasileiro, de um programa aceitável de reformas que leve à estabilidade econômica.

E, sobre esse ponto, as dúvidas e perplexidades da comunidade financeira internacional são exatamente proporcionais às dos próprios brasileiros, que não conseguem entender a incapacidade de seus representantes políticos, seja no Executivo, seja no Legislativo, de fazer aquilo que precisa ser feito para se superar a crise.

Enquanto não resolvermos adequadamente essa questão, a crise da dívida tende a se arrastar. E o capítulo iniciado ontem, o penúltimo no cronograma do governo, tende a ser apenas mais um nessa novela interminável.